



ACÓRDÃO Nº 527/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1919/2012.**
Apensos: Processos nºs 4608/2011 e 6110/2011.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Desporto, Lazer e Juventude - SEMDEJ.
- 4- **Exercício:** 2011.
- 5- **Responsável:** Sr. Fabrício Silva Lima, Secretário Municipal à época, e Ordenador de Despesas.
- 6- **Advogado (a):** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 956/2016, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fl.4513).
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Desporto, Lazer e Juventude - SEMDEJ. Exercício de 2011.

Irregularidade. Multa. Encaminhamento. Alcance. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Irregular a Prestação de Contas do Sr. Fabricio Silva Lima, responsável pela Secretaria Municipal de Desporto, Lazer e Juventude - SEMDEJ, exercício de 2011, de acordo com os arts. 22, III, “b” e “c”, da Lei nº 2423/96;

10.2. Aplicar Multa ao Sr. Fabricio Silva Lima no valor de **R\$ 14.894,73** (quatorze mil, oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e três centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, nos termos dos art. 54, incisos II e IV e art. 52 da Lei nº 2423/96, em razão das restrições a seguir:

10.2.1. Ausência, no projeto básico, da planilha de custos unitários e/ou planilha orçamentária na CC nº 042/2010 (Item 2.1);



ACÓRDÃO Nº 527/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.2.2.** Ausência de manifestação jurídica e limitação ou não pela Administração quanto à subcontratação da Empresa Viação Caravelas Ltda. na CC nº 042/2010 (Item 2.8);
- 10.2.3.** Contratação por inexigibilidade de licitação para realização de serviços de publicidade e divulgação referente a IL nº 258/2011 (Item 3.3);
- 10.2.4.** Contratação por inexigibilidade com comprovação de exclusividade posterior à celebração e execução do contrato, projeto básico incompleto, com insuficiente especificação do objeto, nos moldes do art. 6º, IX, da Lei nº 8.666/93, bem como parecer jurídico elaborado posteriormente às propostas dos licitantes, na IL nº 249/2011 (Itens 4.4, 4.5 e 4.7);
- 10.2.5.** Ausência de comprovação mediante relação nominal dos atletas beneficiados com o recebimento de materiais esportivos relativos aos Processos nºs 2011/11264/11335/00004 (Item 15.2);
- 10.2.6.** Inexistência da motivação nos autos do processo administrativo da solicitação de compra pelo Departamento de Políticas Sociais para Desporto e ausência de comprovação mediante relação nominal dos atletas beneficiados com o recebimento de materiais esportivos relativos aos Processos nºs 2011/11264/11335/00024 (Itens 16.2 e 16.3);
- 10.2.7.** Inexistência da relação dos Centros de Lazer que foram beneficiados com material esportivo, bem como, dos praticantes que participaram das atividades de FUTSAL, relativos aos Processos nºs 2011/11264/11335/00019 (Item 17.1);
- 10.2.8.** Contratação de associação civil sem fins lucrativos mediante contrato de patrocínio, ausência da comprovação de pesquisa de mercado para garantir que a empresa XTerra seria a única capacitada para a realização do evento e cobrança de taxa de inscrição sem previsão contratual, bem como, documentação comprobatória das despesas realizadas (Itens 18.1,



ACÓRDÃO Nº 527/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

18.2 e 18.3);

- 10.2.9.** Ausência de documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente liquidadas e pagas, relativas às taxas de inscrição, bem como, ausência de previsão de cobranças dessas taxas no Termo de Contrato nº 08/2011, relativo à contratação da Empresa F. H. Cavalcante (Item 19.5 e 19.6);
- 10.2.10.** Ausência de portaria de designação da comissão responsável em acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos Processos nºs 2011/11264/11334/00030 (Item 22);
- 10.2.11.** Abastecimento de veículos da frota, em dias e horários não permitidos no Decreto nº 610/2010, sem a autorização do titular da pasta, bem como, abastecimento sem o hiato mínimo de 24 horas (Item 24.2);
- 10.2.12.** O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 10.3. Encaminhar** os autos à DICREX para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução nº 03/2011-TCE/AM, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;
- 10.4. Encaminhar** cópia da Proposta de Voto ao Ministério Público Estadual para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, conforme previsto na alínea “b” do inciso III do art. 190 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM);
- 10.5. Considerar em Alcance** o **Sr. Fabricio Silva Lima** no valor de **R\$ 1.060.357,55** (um milhão e sessenta mil, trezentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ face às irregularidades verificadas nas obras de engenharia, conforme tabela de fls. 4490. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 10.6. Considerar em Alcance**, solidariamente, o **Sr. Manuel Mauro de Souza Arruda** na qualidade de fiscal das obras da Tomada de Preço nº 059/2010, conforme art. 22, §2º, “a” da Lei nº 2.423/1996 no valor de **R\$**



ACÓRDÃO Nº 527/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

417.267,92 (quatrocentos e dezessete mil, duzentos e sessenta e sete reais e noventa e dois centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

- 10.7. Considerar em Alcance**, solidariamente, o **Sr. Antônio Carlos Oliveira Coelho** na qualidade de fiscal das obras da Tomada de Preço nº 059/2010, conforme art. 22, §2º, “a” da Lei nº 2.423/1996 no valor de **R\$ 346.574,92** (trezentos e quarenta e seis mil, quinhentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 10.8. Considerar em Alcance**, solidariamente, o **Sr. José Augusto Carvalho Sena** na qualidade de fiscal das obras da Tomada de Preço nº 130/2010, conforme art. 22, §2º, “a” da Lei nº 2.423/1996 no valor de **R\$ 1.009.682,06** (um milhão e nove mil, seiscentos e oitenta e dois e seis centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 10.9. Considerar em Alcance**, solidariamente, o **Sr. Fábio Jose Coelho Dias** na qualidade de fiscal das obras das Tomadas de Preço nºs 088/2010 e 090/2010, conforme art. 22, §2º, “a” da Lei nº 2.423/1996 no valor de **R\$ 274.469,54** (duzentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 10.10 Considerar em Alcance**, solidariamente, o **Sr. Claudionildo Teles Batalha** na qualidade de fiscal das obras das Tomada de Preço nº 053/2010, 054/2010 e 071/2010, conforme art. 22, §2º, “a” da Lei nº 2.423/1996 no valor de **R\$ 23.046,09** (vinte e três mil e quarenta e seis reais e nove centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 10.11 Considerar em Alcance**, a **Empresa Cepa Construções Empreendimentos e Poços Artesianos LTDA** no valor de **R\$ 120.491,48** (cento e vinte mil, quatrocentos e noventa e um reais e quarenta e oito centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual



ACÓRDÃO Nº 527/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

- 10.12 Considerar em Alcance**, solidariamente, a **Empresa Construban Serviços e Construções LTDA** no valor de **R\$ 153.978,06** (cento e cinquenta e três mil, novecentos e setenta e oito reais e seis centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 10.13 Considerar em Alcance**, solidariamente, a **Empresa Danilú Construções LTDA** no valor de **R\$ 346.574,92** (trezentos e quarenta e seis mil, quinhentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 10.14 Considerar em Alcance**, solidariamente, a **Empresa MC Construtora LTDA** no valor de **R\$ 417.267,00** (quatrocentos e dezessete mil, duzentos e sessenta e sete reais) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 10.15 Considerar em Alcance**, solidariamente, a **Empresa Metacon, Construções, Montagens e Comércio LTDA** no valor de **R\$ 23.046,09** (vinte e três mil e quarenta e seis reais e nove centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 10.16 Considerar em Alcance**, solidariamente, a **Empresa Turin Construções LTDA** no valor de **R\$ 290.367,22** (duzentos e noventa mil, trezentos e sessenta e sete reais e vinte e dois centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 10.17 Determinar à Secretaria Municipal de Desporto, Lazer e Juventude - SEMDEJ** que tome providências no sentido de:

- 10.17.1.** Demonstrar as propostas de preços das empresas consultadas que servirão de parâmetro ao documento



ACÓRDÃO Nº 527/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

“levantamento de preços”;

- 10.17.2.** Evidenciar a programação de compra evitando despesas fracionadas;
- 10.17.3.** Elaborar para as prestações de serviço, os respectivos projetos básicos, acompanhados das planilhas de custos unitários;
- 10.17.4.** Elaborar previamente parecer técnico ou jurídico sobre as licitações bem como os ajustes;
- 10.17.5.** Cumprir as disposições do artigo 64, da Lei nº 8.666/93, no que diz respeito à formalização do termo de contrato;
- 10.17.6.** Cumprir, quando em casos de subcontratações, as disposições do art. 30 da Lei nº 8.666/93, apresentando manifestação jurídica e limitações ou não pela Administração;
- 10.17.7.** Cumprir as disposições do art. 25, II, da Lei nº 8.666/93, que trata da vedação de contratações de empresas para a realização de eventos que abranjam serviços técnicos de publicidade e divulgação;
- 10.17.8.** Exercer rígida fiscalização e controle sobre as prestações de serviços a essa Secretaria, quando do recebimento de materiais, bem como sobre bens adquiridos por meio de doações, designando previamente comissão ou funcionário para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle e fiscalização da execução contratual, nos moldes do que dispõe o art. 73, I, alíneas “a” e “b” da Lei nº 8.666/93;
- 10.17.9.** Estabelecer um controle e fiscalização mais eficazes sobre os bens dessa Secretaria, constantes no patrimônio, especificando a entrada e saída desses bens, bem como os elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração, forte no art. 94 da Lei nº 4.320/1964;



ACÓRDÃO Nº 527/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.17.10. Elaborar as cautelas de transferência de bens de caráter esportivo e permanente para os Centros de Esporte e Lazer (CELs), exclusivamente via sistema de almoxarifado e patrimônio;

10.17.11. Apresentar calendário de atividades esportivas, enfim, das competições locais e internacionais patrocinadas pela Prefeitura Municipal de Manaus, bem como demonstre e faça constar e, cada processo administrativo as necessidades e quantidades que contemplam as aquisições de material esportivo, em cumprimento ao princípio da motivação;

10.17.12. Motivar as solicitações de compra pelo departamento de políticas sociais para desporto ou divisão de esporte, na forma dos itens IX, XIII e XIV do Decreto Municipal nº 92/2009;

10.17.13. Fazer constar todas as licitações no sistema ACP, ainda que resultem fracassadas ou desertas;

10.17.14. Adotar rotina de designação formal de um representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos firmados pela Secretaria, atentando para necessidade de realizar registro próprio de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, nos termos do art. 67, *caput*, e §1º da Lei nº 8.666/93;

10.17.15. Cumprir o art. 9º do Decreto nº 610, de 26 de julho de 2010;

10.18 Determinar à SECEX que instrua as Comissões de Inspeções que irão fiscalizar as contas da SEMAD e do Gabinete Civil no sentido de que realizem o controle da aplicação dos recursos oriundos de diárias e concessão de passagens aéreas e/ou fluviais aos servidores da SEMDEJ, uma vez que todas as Secretarias Municipais da Administração Direta atendem a procedimento padronizado pela Prefeitura Municipal de Manaus;

10.18.1. Remeta cópias das principais peças dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que



ACÓRDÃO Nº 527/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

entender cabíveis, nos termos do art. 22, §3º, de Lei nº 2423/96.

- 11- **Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 16 de Maio de 2017.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.
- 13.1. **Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.
- 14- **Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em sessão

ALIPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral